LEGISLAÇÃO RELATIVA AO SERVIDOR E À ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO.

21. A respeito do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa verdadeira.

(A) O Decreto n. 1.171 de 1994, também conhecido como Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, se por um lado guarda vínculo direto com o artigo 116 da lei n. 8.112/1990, por outro, não se pode dizer o mesmo quanto ao artigo 117, dessa lei.

(B) A divulgação e a informação a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, bem como o estímulo do seu integral cumprimento, não fazem parte dos deveres fundamentais do servidor público.

(C) É facultado ao servidor público deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.

(D) Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.

(E) O desrespeito ao Código de Ética apurado pela Comissão apresenta como pena aplicável a exoneração.

22. As leis n. 9.527/1997, 11.907/2009 e 12.269/2010 alteraram dispositivos da lei n. 8.112/1990, bem como previram novas providências. Assinale a alternativa correta no que diz respeito somente às inclusões na atual lei n. 8.112/1990.

(A) A redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC. Assim, dentre os preceitos a serem observados para a redistribuição, destaca-se a desnecessidade de respeito da mesma escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.

(B) A vacância do cargo público decorrerá de ascensão ou transferência, a partir da nova redação dada pela lei n. 9.527/1997 à lei n. 8.112/1990, conforme previsto no artigo 33 e em seus respectivos incisos.

(C) As modalidades de remoção que independem do interesse da Administração equivalem àquelas denominadas “de ofício” e “a pedido”, essa última para outra localidade.

(D) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou de dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, sob apresentação de atestado médico.

(E) A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no artigo 83, § 3º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2º, do antes citado dispositivo legal.

23. Quanto às vantagens percebidas pelo servidor, assinale a alternativa correta.

(A) Para além dos vencimentos, os servidores poderão receber, a título de vantagens, os “adicionais”, as “gratificações” e as “indenizações”, que se incorporam aos seus proventos para todos e quaisquer efeitos.

(B) Caracterizam-se como indenizações, apenas e tão-somente, a ajuda de custo, as diárias e o auxílio moradia.

(C) A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, permitido o duplo pagamento de indenização, no caso, por exemplo, de o cônjuge ou companheiro deter também a condição de servidor e vier a ter exercício na mesma sede.

(D) O servidor fará jus a diárias, mesmo nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo.

(E) O servidor exonerado receberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

24. Quanto ao vencimento e à remuneração previstos na lei n. 8.112/1990 (atualizada), assinale a alternativa verdadeira.

(A) Vencimento e remuneração são sinônimos, uma vez que essa lei não prevê expressamente nenhuma distinção entre ambos os termos.

(B) É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, sem quaisquer ressalvas.

(C) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é passível de redução.

(D) Nenhum servidor poderá receber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores recebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal.

(E) As faltas justificadas pelo servidor decorrentes de caso fortuito deverão sempre ser compensadas pela chefia imediata, sendo assim consideradas

como efetivo exercício, excluídas aquelas decorrentes de força maior.

25. No que diz respeito ao exercício e à posse de servidores públicos, ambos previstos na lei n. 8.112/1990 (com suas alterações), assinale a questão verdadeira:

(A) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da assinatura do seu respectivo termo.
(B) A posse poderá dar-se mediante procuração específica ou com poderes gerais.
(C) No ato da posse, o servidor apresentará apenas e tão-somente a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.
(D) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial que, por sua vez, constitui-se de exames voltados à aptidão física e mental.
(E) Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observado o limite de oito horas diárias.

RASCUNHO